



## FÓRUM DE LISBOA

# “Estamos prendendo as pessoas erradas”

Integrantes do Judiciário apoiam decisão do STF sobre porte de maconha. Ministra Daniela Teixeira, do STJ, defende que crimes de menor potencial ofensivo sejam tratados com equilíbrio e que não tomem tempo desproporcional das altas Cortes

» DENISE ROTHENBURG  
» MARIANA NIEDERAUER  
Enviadas especiais

**Lisboa** — O Judiciário está praticamente fechado com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre porte de maconha para uso pessoal, tema que norteou parte dos debates no segundo dia do XII Fórum de Lisboa. Ao longo desses dois primeiros dias de diálogos, pelo menos dois momentos deixaram clara a posição dos magistrados a favor do entendimento da Corte.

Logo pela manhã, a ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi aplaudida de pé ao defender que crimes de menor potencial ofensivo sejam tratados com equilíbrio e que não tomem uma quantidade desproporcional de tempo de magistrados nas mais altas Cortes do país. “A proposta acadêmica que eu trago é de fazermos uma revisão de quem queremos prender no Brasil de 2024 daqui para a frente”, disse.

Enquanto isso, em outro painel, sobre criminalidade transnacional e virtual, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Ney Bello, foi incisivo: “Em vez de nos preocuparmos com o menino com dois cigarros de maconha, por que não nos ocupamos do tráfico de armas? Há um desvio de foco e é preciso que se ocupe com criminalidade de grande porte”, defendeu, ao participar do debate sobre Criminalidade transnacional e virtual, ao lado de dois ministros do STJ, Sebastião Reis e Rogério Schietti.

Em seu painel, Daniela informou que tramitam atualmente 925 mil habeas corpus no STJ. A média diária por ministro é de 90 novos processos. A maioria, mostrou a juíza, não precisaria chegar à Corte, observado o princípio da insignificância. São furtos de itens como xampu, refrigerante e chinelo, além de prisões por porte de drogas que, se a decisão do STF já estivesse em vigor, não resultariam em detenção.

“Nós estamos julgando, punindo e prendendo as pessoas erradas no Brasil”, atestou a magistrada, referindo-se a crimes de menor potencial de maneira geral. Ela mostrou dados para corroborar a conclusão: dos cerca de 860 mil presos no país, 319 mil cometeram crimes violentos.

Mariana Niederauer/CB/DA.Press



Daniela Teixeira: “A proposta acadêmica que eu trago é de fazermos uma revisão de quem queremos prender no Brasil de 2024 daqui para a frente”

**860 mil**

Número de presos no país, segundo a ministra Daniela Teixeira. Desses, 319 mil cometeram crimes violentos

**925 mil**

Número de habeas corpus que tramitam atualmente no STJ. A média diária por ministro é de 90 novos processos

“Existem medidas restritivas de direito diversas da prisão. Eu tenho o caso do furto de um chinelo usado. É inadmissível que esse caso chegue ao Superior Tribunal de Justiça”, criticou.

Em relação à investigação dos crimes de maneira geral, Schietti defendeu que não se coloque a confissão como o principal meio de prova. “Destronamos a confissão como meio de prova”, afirmou, defendendo a inteligência policial como uma forma mais segura de obtenção de provas.

Sobre crimes de menor potencial ofensivo, o ministro Sebastião Reis, que acompanha de perto a situação dos presídios, considera que a decisão do STF sobre drogas “foi um passo importante para mudança de rumo em nossa política criminal”. “Prisão e punição severa não são soluções para a criminalidade. Temos feito isso há anos, e hoje temos cerca

de 800 mil presos, com 60% dos presídios com superlotação. O caminho é educação, saúde e emprego”, frisou.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou que a Corte julga as ações que chegam lá, inclusive os habeas corpus e os recursos extraordinários de pessoas que são presas, às vezes, com pequenas quantidades de drogas. “Somos obrigados a ser capazes de distinguir entre o que seja porte para consumo pessoal, que não gera pena de prisão, e o que seja tráfico, que gera pena de prisão. Quem prende ou não prende alguém é o Judiciário. Portanto, o Judiciário precisa saber qual critério utilizar”, sustentou.

A declaração de Barroso foi resposta a uma pergunta sobre novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à postura do STF de julgar casos relativos a drogas (**leia reportagem ao lado**).



**Existem medidas restritivas de direito diversas da prisão. Eu tenho o caso do furto de um chinelo usado. É inadmissível que esse caso chegue ao Superior Tribunal de Justiça”**

**Daniela Teixeira,**  
ministra do STJ

## Lula volta às críticas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a criticar o Supremo Tribunal Federal (STF) pela discussão sobre a temática da descriminalização do porte de maconha. Na avaliação do petista, a Corte está tratando de temas que não são de sua responsabilidade e, neste caso, deveria ter deixado a discussão com o Congresso.

“Acho que a Suprema Corte está tratando de muitos casos que, muitas vezes, não precisaria nem tratar”, disse, em entrevista a uma rádio mineira.

Na avaliação de Lula, a decisão sobre a quantidade de gramas de porte de maconha não deveria ser de advogado, mas de pessoas da área da saúde. “Quando a gente fica entrando em muitos temas, em temas polêmicos, acho que a gente pode correr risco. Quando a gente planta vento, a gente pode colher tempestade”, afirmou. “Vai para Suprema Corte somente coisa que tiver ligado à Constituição. Senão, não precisa ir.” Nesse sentido, ressaltou que a “culpa” também é de quem entra com recursos em determinados assuntos.

Apesar das críticas, o presidente ressaltou que o STF tem um “papel extraordinário”. Em sua avaliação, a Corte é uma espécie de “guardião da nossa Constituição”.

Na quarta-feira, Lula afirmou que o STF “não tem que se meter em tudo”. A declaração representa também um gesto na direção do Congresso, que reclama abertamente do que chama de “ativismo político” do Poder Judiciário.

Em sua fala, Lula manifestou preocupação com a atuação do tribunal, citando que a situação “começa a criar uma rivalidade que não é boa nem para a democracia nem para a Suprema Corte, nem para o Congresso Nacional”.

“A Suprema Corte não tem que se meter em tudo. Ela precisa pegar as coisas mais sérias sobre tudo aquilo que diz respeito à Constituição. Não pode pegar qualquer coisa e ficar discutindo”, frisou, na ocasião.

# Toffoli fala em “falência dos outros órgãos decisórios”

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a atuação da Corte, que é acusada por integrantes do Executivo e do Legislativo de invadir as competências dos outros Poderes. Os magistrados têm sido alvo de críticas por causa da decisão de descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. “Se tudo vai parar no Judiciário, é uma falência dos outros órgãos decisórios da sociedade”, disse, no Fórum de Lisboa.

Toffoli foi aplaudido pela plateia de advogados e empresários. A palestra do ministro foi a mais prestigiada até o momento. “Os outros órgãos de decisão e a própria sociedade querem um certificado de trânsito em julgado. Um contrato não é respeitado sem um certificado de trânsito em julgado.

Depois reclamam do Judiciário”, frisou, no auditório principal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. “A política foi vilipendiada nos últimos 10, 15 anos. Isso fez com que o Judiciário ocupasse um espaço de protagonismo que ele não pode exercer permanentemente”, prosseguiu.

O STF tem acumulado críticas após o julgamento da descriminalização da maconha. Setores conservadores do Executivo e do Legislativo reagiram à regra criada pela Corte que definiu como usuário o portador de até 40 gramas da droga para uso pessoal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira, que “a Suprema Corte não tem que se meter em tudo”.

O magistrado proferiu um “voto intermediário” no julgamento

da descriminalização da maconha. Ele apresentou inicialmente um voto extenso com críticas ao encarceramento de usuários, mas defendeu que a discussão do caso deveria ser feita no Poder Legislativo. O posicionamento foi criticado nas redes sociais e gerou dúvida nos espectadores da votação. Nesta semana, antes do encerramento do julgamento, ele reconheceu que não havia sido claro e defendeu a extinção da penalidade por uso da maconha.

A decisão tomada pela maioria do STF também foi alvo de críticas internas. O ministro Luiz Fux se queixou do entendimento dos seus pares sob o argumento de que “os juízes não são eleitos e, portanto, não exprimem a vontade e o sentimento constitucional do povo”. O magistrado

avalia que não cabe ao STF decidir sobre questões como a do porte de maconha.

Logo após a decisão do STF, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou a instalação de uma comissão para analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC), já aprovada no Senado, que busca criminalizar o porte de qualquer quantidade e tipo de droga. Em entrevista coletiva no Fórum de Lisboa, Lira argumentou que a instalação da comissão não foi uma reação ao Judiciário, mas destacou que há maioria na Câmara para aprovar o texto que derruba a decisão do STF.

Também ontem, Gilmar Mendes minimizou as críticas ao tribunal e afirmou que o “STF é muito provocado por falta de consenso básico no meio político”.

Mariana Niederauer/CB/DA.Press



O ministro Dias Toffoli defendeu a atuação do Supremo